

Notícias do dia 14 de abril



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 26

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO

Mudança no Ipasgo inicia trâmite já com pedidos de vistas 4

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
TCE - GO

Governo envia à Assembléia projeto que muda Ipasgo 6

JORNAL O HOJE - GO - POLÍTICA
TCE - GO

Deputados iniciam discussão sobre nova natureza jurídica do Ipasgo 7

DIÁRIO DO ESTADO - GO - GOIÁS
TCE - GO

Governo de Goiás envia à Alego projeto de lei que altera natureza jurídica do Ipasgo
..... 8

GAZETA DO ESTADO IMPRESSO - GO - GERAL
TCE - GO

Projeto de lei que altera natureza jurídica do Ipasgo chega na Alego 9

JORNAL CONTEXTO - GO - OPINIÃO
TCE - GO

Gomide: Ipasgo - CONTEXTO POLÍTICO 11

TV SERRA DOURADA / AF. SBT GOIÂNIA - GO - JORNAL DO MEIO DIA
TCE - GO

Projeto sobre mudanças no Ipasgo está sendo analisado na Alego 12

TV ANHANGUERA / AF. TV GLOBO - GOIÂNIA - GO - BOM DIA GOIÁS
TCE - GO

Projeto pode fazer Ipasgo seguir regras da ANS 13

RÁDIO TERRA FM 104,3 - GO - JORNAL DA TERRA
TCE - GO

Governo de Goiás envia à Assembleia Legislativa projeto de lei que altera natureza jurídica do
Ipasgo 14

RÁDIO DIFUSORA 95.5 FM GOIÂNIA - GO - MICROFONE ABERTO
TCE - GO

Mudanças no Ipasgo 15

RÁDIO PAZ FM 89,5 GOIÂNIA - GO - JORNAL DA PAZ
TCE - GO

Governo de Goiás envia à Assembleia Legislativa projeto de lei que altera natureza jurídica do
Ipasgo 16

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Assembleia Legislativa tem semana movimentada e produtiva 17

GOIÁS EM CENA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Projeto de lei que altera natureza jurídica do Ipasgo chega à Alego 21

Segunda-Feira, 17 de Abril de 2023

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MS - NOTÍCIAS

TCE - GO

TCE-MS participa de seminário nacional sobre a primeira infância..... 22

DIÁRIO DA MANHÃ - ONLINE - GO - NOTÍCIAS

TCE - GO

Governo envia a Alego projeto que mudará as regras do Ipasgo..... 23

DIÁRIO DE GOIÁS ONLINE - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

TCE - GO

Mauro Rubem vai à justiça contra projeto do Ipasgo..... 24

JORNAL GAZETA CENTRO OESTE - GO - NOTÍCIAS

TCE - GO

Governo de Goiás envia à Assembleia Legislativa projeto de lei que altera natureza jurídica do Ipasgo
..... 25

JORNAL CAPITAL DO ENTORNO ONLINE - GO - NOTÍCIAS

TCE - GO

Projeto de lei que altera natureza jurídica do Ipasgo chega à Alego..... 27

JORNAL CONTEXTO ONLINE - GO - NOTÍCIAS

TCE - GO

Polêmica sobre Ipasgo, ataques a escolas, 100 dias na Câmara e mais bastidores políticos
..... 28

JORNAL DO PENINHA - GO - NOTÍCIAS

TCE - GO

Governo envia projeto que altera natureza jurídica do Ipasgo à Assembleia..... 30

JORNAL ESTADO DE GOIÁS ONLINE - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

TCE - GO

Projeto de lei que altera natureza jurídica do Ipasgo chega na Alego..... 32

JORNAL GOIÁS EM DESTAQUE ONLINE - GO - NOTÍCIAS

TCE - GO

Presidente da Alego diz que servidores e governo estão do mesmo lado na questão do Ipasgo
..... 34

JORNAL O HOJE ON-LINE - GO - POLÍTICA

TCE - GO

Deputados iniciam discussão sobre alteração da natureza jurídica do Ipasgo..... 35

ONZE DE MAIO - ONLINE - GO - NOTÍCIAS

TCE - GO

Cristiane Schmidt deixa a Economia..... 36

SEAC - GO - NOTÍCIAS

TCE - GO

Mudança no Ipasgo inicia trâmite já com pedidos de vistas..... 37

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS

TCE - GO

Coordenadoria do Sistema de Juizados Especiais e Turmas Recursais reforça atuação do NEA do TJGO
..... 39

Mudança no Ipasgo inicia trâmite já com pedidos de vistas

A Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)** recebeu, nesta quinta-feira (13), o projeto de lei que muda a natureza jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo), com alterações propostas por deputados. O texto começou a ser apreciado imediatamente na Comissão Mista, mas recebeu pedidos de vistas de cinco parlamentares.

Segundo o líder do governo, o deputado Wilde Cambão (PSD), após reuniões dos deputados com o Ipasgo e a gestão estadual, ficou acordado que alguns pontos seriam inseridos antes mesmo que o texto chegasse à Casa. "Foram mudanças para aquilo que é bom, para colocar de forma explícita no texto o que já estava garantido", disse.

O projeto, cuja minuta havia sido divulgada no dia 30 de março, chegou à versão final com a inclusão de um artigo que proíbe a venda ou alienação da carteira de usuários do plano de saúde do Ipasgo a outro sistema de assistência no país.

Além disso, agora consta na matéria que não haverá aumento do percentual cobrado do servidor que é usuário do Ipasgo. Segundo o presidente do instituto, Vinícius Luz, isso já estava garantido e o acréscimo é apenas uma forma de deixar a medida mais explícita.

De acordo com o projeto, o servidor público, seja ativo, inativo ou pensionista, cadastrado até a vigência da lei, terá o percentual de desconto e o sistema assistencial mantidos. Hoje, o percentual para o plano de enfermagem é de 6,8% e o apartamento, de 12,48%. O servidor também poderá aderir a outras modalidades de planos assistenciais que venham a ser criadas pelo Ipasgo.

A terceira mudança no texto é que ele passa a assegurar que o pai e a mãe do servidor público usuário do Ipasgo possam aderir ao plano de saúde, dentro do plano atuarial.

Luz lembra que, além dessas alterações, o instituto já havia acatado alterações pedidas pelos servidores do Ipasgo. O texto passou a contar com mais detalhes relacionados ao aproveitamento dos trabalhadores pelo estado após o período de transição de autarquia para serviço social autônomo (SSA).

Por esse motivo, o presidente defende que não há mais o que ser emendado na **Alego** e acredita numa tramitação célere na Casa. "A discussão foi muito antecipada quando o projeto não estava na Assembleia, foi objeto de discussões, ouvimos servidores e conseguimos fazer uma adequação interessante", avalia o presidente.

Está prevista para terça-feira (18), a partir das 9 horas, uma nova audiência pública sobre o tema, que será realizada na **Alego**. O presidente do Ipasgo diz que estará presente no encontro.

Apesar da expectativa de celeridade, o projeto começou a ser discutido na Comissão Mista nesta quinta, mas a votação acabou ficando para a próxima terça porque os deputados Mauro Rubem (PT), Antônio Gomide (PT), Coronel Adailton (Solidariedade), Eduardo Prado (PL) e Fred Rodrigues (DC) pediram vistas. O relatório foi feito pelo deputado Talles Barreto (UB).

Ação

Ainda há, no entanto, resistência à matéria por parte dos servidores usuários do plano de saúde. O Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de **Goiás** (Sindipúblico) entrou com uma ação civil pública (ACP) contra a medida, mas a ação foi extinta pela juíza Zilmene Gomide da Silva, da 4ª Vara da Fazenda Pública do estado de **Goiás**.

A magistrada argumentou que o processo legislativo ainda não existia, já que ainda não tinha chegado à **Alego**, e, por isso, não poderia ser objeto de análise. O presidente do Sindipúblico, Nylo Sérgio Nogueira, disse que já entrou com embargos contra a decisão. "Por acharmos que não foi analisado o mérito da ação. Antes mesmo de ouvir o MP, ela extinguiu o processo", explicou.

A mudança no Ipasgo foi proposta pelo governo estadual sob o argumento de que foi a determinação do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, no relatório de contas referente ao exercício de 2021. A corte, no entanto, já disse que a decisão é política e que o estado, junto à **Alego**, pode encontrar uma alternativa para retirar os recursos do Ipasgo da conta da Receita Corrente Líquida (RCL). Esse é o ponto a que a oposição tem se apegado.

Na Comissão Mista da **Alego**, cinco deputados pediram vistas e votação ficou paro a próximo terça-feira

Casa aprova terceiro turno para servidores

A Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)** aprovou em primeira votação, nesta quinta-feira (13), o projeto de resolução que cria o terceiro turno para os servidores da Casa. A proposta dispõe sobre o controle de frequência dos trabalhadores do poder legislativo estadual.

A justificativa, apresentada no texto, é "a necessidade de otimização do serviço de controle de frequência". O texto determina que a jornada dos servidores efetivos e comissionados é de 30 horas semanais, "a ser cumprida de acordo com a determinação da chefia imediata, incluindo sábados, domingos e feriados."

Esse horário pode ser cumprido entre as 7 horas e as 22 horas. O projeto divide esse intervalo em três turnos: das 7h às 13h; das 13h às 19h e das 16h às 22h. "A escala de jornada de trabalho dos servidores poderá ser alterada pelo chefe imediato, de acordo com a necessidade do trabalho, mediante aviso prévio para o mês seguinte", acrescenta o texto.

No caso de servidores efetivos que exerçam função especial de confiança ou que recebam gratificação de secretário de comissão, além daqueles efetivos de outros órgãos, cedidos à **Alego**, a norma estabelece que eles terão carga horária de 8 horas diárias, sendo 40 semanais, a serem cumpridas em dois turnos, com intervalo mínimo de uma hora e máximo de duas.

A medida já havia sido anunciada pelo presidente da **Alego**, Bruno Peixoto (UB). Na época, ele disse ao **POPULAR** que o objetivo era evitar o gasto com pagamento de horas extras, que já foram suspensas na Casa.

Site: <https://opopular.com.br/digital/14-abril-2023/1o-caderno>

Governo envia à Assembléia projeto que muda Ipasgo

O Governo de **Goiás** encaminhou à Assembléia Legislativa, ontem, o projeto de lei que trata sobre a alteração da personalidade jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo), solução proposta para correção das inadequações contábeis e administrativas exigidas pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**.

go.gov.

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/view?e=20230414&p=1>

Com a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter autonomia financeira e administrativa; imunidade em relação aos impostos federais e municipais; isenção de tributos estaduais; maior participação dos servidores, que integrarão os conselhos de administração e fiscal; além de passar a ser regido pela legislação civil. O instituto será gerido por uma diretoria executiva indicada pelo Executivo estadual.

No Serviço Social Autônomo, o Governo de **Goiás** continua como controlador do Ipasgo e o serviço prestado será regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Com isso, os 596 mil usuários do serviço de assistência à saúde passam a ter acesso a 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela do Ipasgo, a outros oito atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

Para o servidor público estadual cuja contribuição com o Ipasgo já é calculada com base em desconto percentual sobre o salário, o maior avanço na proposta é a inclusão do dispositivo legal que assegura que não haverá alteração nos percentuais vigentes.

O texto também garante a manutenção do sistema assistencial, a exemplo de serviços odontológicos e home care, mesmo com a extinção da autarquia.

Em relação à gestão do instituto, o projeto de lei veda ao Ipasgo a alienação da carteira de usuários a outro sistema de assistência à saúde. Além dos artigos que tratam sobre esses assuntos, a redação é constituída por sugestões apresentadas pelos servidores efetivos do Ipasgo e que dizem respeito às carreiras públicas dos mesmos. A propositura pode ser acessada na íntegra em www.ipasgo.

Deputados iniciam discussão sobre nova natureza jurídica do Ipasgo

Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)** recebeu, na tarde desta quinta-feira (13), o projeto de lei que altera a natureza jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás (Ipasgo)**. O texto busca, segundo o Governo, trazer uma solução para a correção das inadequações contábeis e administrativas exigidas pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**.

Cinco deputados, porém, pediram vista da matéria durante a tramitação do texto na Comissão Mista. São eles: Delegado Eduardo Prado (PL), Antônio Gomide (PT), Mauro Rubem (PT) e Coronel Adailton (Solidariedade). Com isso, a votação do texto foi prejudicada.

A previsão é de que a matéria retorne à pauta na próxima semana.

Com a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter autonomia financeira e administrativa; imunidade em relação aos impostos federais e municipais; isenção de tributos estaduais; maior participação dos servidores, que integrarão os conselhos de administração e fiscal; além de passar a ser regido pela legislação civil. O instituto será gerido por uma diretoria executiva indicada pelo Executivo estadual.

No Serviço Social Autônomo, o Governo de **Goiás** continua como controlador do Ipasgo e o serviço prestado será regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A Governadoria argumenta que, com isso, os 596 mil usuários do serviço de assistência à saúde passam a ter acesso a 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela do Ipasgo, a outros oito atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

Ao comentar o assunto com lideranças de sua base de apoio na **Alego**, o governador defendeu a transparência no processo de alteração na natureza jurídica do Instituto e a necessidade de manter a lisura na administração do órgão. Ele explicou também que não se trata de uma privatização. "O Estado vai continuar cumprindo sua responsabilidade, vai continuar fazendo parte do comando e da presidência

da nova entidade", disse o governador durante reunião com integrantes da base na **Alego**.

O texto também garante a manutenção do sistema assistencial, a exemplo de serviços odontológicos e home care, mesmo com a extinção da autarquia.

Em relação à gestão do instituto, o projeto de lei veda ao Ipasgo a alienação da carteira de usuários a outro sistema de assistência à saúde. Além dos artigos que tratam sobre esses assuntos, a redação é constituída por sugestões apresentadas pelos servidores efetivos do Ipasgo e que dizem respeito às carreiras públicas dos mesmos.

Alteração jurídica A alteração da natureza jurídica do instituto visa adequar o Ipasgo ao arcabouço legal e às regras de governanças, tal qual determinado pelo **TCE**. A corte de contas imputou prazo ao Instituto, até o dia 31 de dezembro, para correção de distorção contábil que ocorre desde 2009, quando o Ipasgo deixou de gerir o regime de previdência dos servidores públicos, atribuição assumida pela **Goiás** Previdência (Goiasprev), e se tornou exclusivamente um serviço de assistência à saúde. Depois de pelo menos uma década de recomendações para correção do desajuste legal causado por essa mudança, o tribunal impôs que o Estado deixe de contabilizar como parte da Receita Corrente Líquida (RCL) os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores.

No entanto, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) não reconhece a possibilidade de desvincular a receita de uma autarquia, visto que essa executa atividades típicas da administração pública. A exceção seria se a Corte de Contas consentisse.

Em **Goiás**, no entanto, o **TCE** avalia não ser possível sem alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), ao qual o Governo de **Goiás** aderiu em 2021. Portanto, para que o Ipasgo continuasse como autarquia, seriam necessárias alterações em leis federais. (Especial para O Hoje)O texto busca trazer solução para a correção das inadequações exigidas pelo **Tribunal de Contas do Estado**

Site:

https://ohoje.com/public/imagens/fotos/amp/2023/04/Jornal-O-Hoje_2023_4_14.pdf

Governo de Goiás envia à Alego projeto de lei que altera natureza jurídica do Ipasgo

O Governo de **Goiás** encaminhou à Assembleia Legislativa, nesta quinta-feira, 13, o projeto de lei que trata sobre a alteração da personalidade jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo), solução proposta para correção das inadequações contábeis e administrativas exigidas pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**.

Com a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter autonomia financeira e administrativa; imunidade em relação aos impostos federais e municipais; isenção de tributos estaduais; maior participação dos servidores, que integrarão os conselhos de administração e fiscal; além de passar a ser regido pela legislação civil. O instituto será gerido por uma diretoria executiva indicada pelo Executivo estadual.

No Serviço Social Autônomo, o Governo de **Goiás** continua como controlador do Ipasgo e o serviço prestado será regulamentado e fiscalizado pela ANS. Com isso, os 596 mil usuários do serviço de assistência à saúde passam a ter acesso a 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela do Ipasgo, a outros oito atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

DIÁLOGO Depois de uma série de reuniões e deliberações, a redação da minuta do projeto de lei foi acrescida de quatro artigos e cinco parágrafos. "Tenho convicção que avançamos. O diálogo nos ajudou a aprimorar o texto. Cumprimos o compromisso que fizemos", avalia o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz. Para o servidor público estadual cuja contribuição com o Ipasgo já é calculada com base em desconto percentual sobre o salário, o maior avanço na proposta é a inclusão do dispositivo legal que assegura que não haverá alteração nos percentuais vigentes.

O texto também garante a manutenção do sistema assistencial, a exemplo de serviços odontológicos e home care, mesmo com a extinção da autarquia. Em relação à gestão do instituto, o projeto de lei veda ao Ipasgo a alienação da carteira de usuários a outro sistema de assistência à saúde.

MUDANÇA A alteração da natureza jurídica do

instituto visa adequar o Ipasgo ao arcabouço legal e às regras de governanças, tal qual determinado pelo **TCE**. A corte de contas imputou prazo ao Instituto, até o dia 31 de dezembro, para correção de distorção contábil que ocorre desde 2009, quando o Ipasgo deixou de gerir o regime de previdência dos servidores públicos, atribuição assumida pela **Goiás** Previdência (Goiasprev), e se tornou exclusivamente um serviço de assistência à saúde. Depois de pelo menos uma década de recomendações para correção do desajuste legal causado por essa mudança, o tribunal impôs que o Estado deixe de contabilizar como parte da Receita Corrente Líquida (RCL) os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores.

No entanto, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) não reconhece a possibilidade de desvincular a receita de uma autarquia, visto que essa executa atividades típicas da administração pública. A exceção seria se a Corte de Contas consentisse. Em **Goiás**, no entanto, o **TCE** avalia não ser possível sem alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), ao qual o Governo de **Goiás** aderiu em 2021

Site: <https://diariodoestadogo.com.br/impresso/268897/>

Projeto de lei que altera natureza jurídica do Ipasgo chega na Alego

O Governo de **Goiás** encaminhou à Assembleia Legislativa, nesta quinta-feira (13), o projeto de lei que trata sobre a alteração da personalidade jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo).

O projeto é a solução proposta pelo governo estadual para correção das inadequações contábeis e administrativas exigidas pelo **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (TCE-GO).

O QUE MUDA NO IPASGO

* Com a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter:

- * Autonomia financeira e administrativa;
- * Imunidade em relação aos impostos federais e municipais;
- * Isenção de tributos estaduais;
- * Maior participação dos servidores, que integrarão os conselhos de administração e fiscal;
- * Além de passar a ser regido pela legislação civil e gerido por uma diretoria executiva indicada pelo Executivo estadual.

No Serviço Social Autônomo, o Governo de **Goiás** continua como controlador do Ipasgo, e o serviço prestado será regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Com isso, os 596 mil usuários do serviço de assistência à saúde passam a ter acesso a 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela do Ipasgo, a outros oito atendimentos odontológicos, a 1.758 medicamentos e a 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), que são insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

DIÁLOGO

Depois de uma série de reuniões e deliberações, a redação da minuta do projeto de lei foi acrescida de quatro artigos e cinco parágrafos.

"Tenho convicção de que avançamos. O diálogo nos ajudou a aprimorar o texto.

Cumprimos o compromisso que fizemos", avalia o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz.

Para o servidor público estadual cuja contribuição com o Ipasgo já é calculada com base em desconto percentual sobre o salário, o maior avanço na proposta é a inclusão do dispositivo legal que assegura que não haverá alteração nos percentuais vigentes.

O texto também garante a manutenção do sistema assistencial, a exemplo de serviços odontológicos e home care, mesmo com a extinção da autarquia. Em relação à gestão do instituto, o projeto de lei veda ao Ipasgo a alienação da carteira de usuários a outro sistema de assistência à saúde.

Além dos artigos que tratam sobre esses assuntos, a redação é constituída por sugestões apresentadas pelos servidores efetivos do Ipasgo e que dizem respeito às carreiras públicas dos mesmos.

A propositura pode ser acessada na íntegra no site do instituto.

CORREÇÃO DAS INADEQUAÇÕES NO IPASGO

A alteração da natureza jurídica do instituto visa a adequar o Ipasgo ao arcabouço legal e às regras de governanças, tal qual determinado pelo **TCE**.

A corte de contas imputou prazo ao instituto, até o dia 31 de dezembro, para correção de distorção contábil que ocorre desde 2009, quando o Ipasgo deixou de gerir o regime de previdência dos servidores públicos, atribuição assumida pela **Goiás** Previdência (Goiasprev), e se tornou exclusivamente um serviço de assistência à saúde.

Depois de pelo menos uma década de recomendações para correção do desajuste legal causado por essa mudança, o tribunal impôs que o Estado deixe de contabilizar como parte da Receita Corrente Líquida (RCL) os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores.

No entanto, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

não reconhece a possibilidade de desvincular a receita de uma autarquia, visto que essa executa atividades típicas da administração pública. A exceção seria se a Corte de Contas consentisse.

O **TCE**, porém, avalia não ser possível sem alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), ao qual o Governo de **Goiás** aderiu em 2021. Portanto, para que o Ipasgo continuasse como autarquia, seriam necessárias alterações em leis federais.

Site: <https://www.gazetadoestado.com.br/edicao-5316/>

Gomide: Ipasgo - CONTEXTO POLÍTICO

Gomide: Ipasgo

O deputado estadual Antônio Gomide (PT) diz se tratar de um erro a mudança do regime jurídico do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) proposta pelo Governo estadual. O parlamentar lembra que o **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** recomenda há mais de 10 anos que as contas do Ipasgo sejam retiradas da Receita Corrente Líquida (RCL), do orçamento. No entanto, o Governo propõe com que haja mudança do regime jurídico, de autarquia para Serviço Social Autônomo (SSA). Para ele, é uma forma de acabar com o Ipasgo e, assim, criar um novo instituto, por conta de erro em prestação de contas. Gomide destaca que qualquer mudança deve passar, necessariamente, por um amplo debate envolvendo os usuários e os servidores públicos em geral.

Site: https://portalcontexto.com/edicao/edicao-897/#pag_1

Projeto sobre mudanças no Ipasgo está sendo analisado na Alego

Assunto(s): IPASGO

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2023/04/14/TVSERRADOUR>

ADAAFSBTGOINIAGO-12.23.15-12.28.25-

1681488231.mp4

Projeto pode fazer Ipasgo seguir regras da ANS

Reunião da comissão mista da Assembleia Legislativa
foi convocada para começar a discutir a proposta.

Assunto(s): GOVERNO DE GOIÁS, TCE GOIÁS

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2023/04/14/TVANHANGUER>

AAFTVGLOBOGOINIAGO-06.58.59-07.03.24-

1681466909.mp4

Governo de Goiás envia à Assembleia Legislativa projeto de lei que altera natureza jurídica do Ipasgo

TAGS: TCE-GO, Governo de Goiás, Ipasgo

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2023/04/14/RDIOTERRAFM1043GO-07.45.06-07.45.28-1681475745.mp3>

Mudanças no Ipasgo

Multimídia:

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2023/04/14/RDIODIFUSORA
955FMGOINIAGO-07.42.28-07.51.17-1681470819.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2023/04/14/RDIODIFUSORA955FMGOINIAGO-07.42.28-07.51.17-1681470819.mp3)**

Governo de Goiás envia à Assembleia Legislativa projeto de lei que altera natureza jurídica do Ipasgo

TAGS: TCE-GO, Governo de Goiás, Ipasgo

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2023/04/14/RDIOPAZFM895>

[GOINIAGO-07.26.45-07.27.51-1681477054.mp3](#)

Assembleia Legislativa tem semana movimentada e produtiva

Nas três sessões ordinárias da semana, 117 deliberações foram feitas. Dessas, 16 resultaram na aprovação em fase definitiva de medidas importantes para a sociedade. A Casa realizou, ainda, quatro sessões solenes; três audiências públicas; quatro reuniões ordinárias de comissões temáticas e uma para prestação de contas; além da instalação de duas frentes parlamentares; e cursos e ciclos de debates promovidos pela Escola do Legislativo; dois eventos culturais; e o lançamento do módulo de Memorandos e Ofícios do **Alego** Digital.

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** realizou três sessões ordinárias nesta semana. Nas ocasiões foram apreciadas matérias da Governadoria, da Mesa Diretora e de parlamentares. O destaque da semana é a aprovação final do projeto de lei nº 212/23, que pleiteia a revogação do § 5º do artigo 41 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Estadual, acrescido pela Emenda Constitucional nº 69, de 30 de junho de 2021. O objetivo da medida é conferir mais eficiência e efetividade ao orçamento estadual.

Além dos debates e votações, a Casa foi palco ainda da realização de quatro sessões solenes; três audiências públicas que debateram assuntos que merecem atenção no atual momento da sociedade goiana; quatro reuniões ordinárias de comissões temáticas e uma para prestação de contas; a instalação de duas frentes parlamentares; além ainda de cursos e ciclos de debates promovidos pela Escola do Legislativo; dois eventos culturais; e o lançamento do módulo de Memorandos e Ofícios do **Alego** Digital.

Sessões ordinárias

Como resultado das sessões deliberativas, além de apresentação de matérias, requerimentos e debates, os parlamentares promoveram, também, 117 deliberações, 16 dessas resultaram na aprovação em fase definitiva de medidas importantes para a sociedade goiana. Uma destas matérias é a PEC nº 212/23, que tornará mais eficiente a execução de medidas tempestivas à realização do orçamento anual dos órgãos e das entidades, com consequente **economia** processual para o Poder Executivo.

Outra PEC aprovada durante a semana, foi a protocolada na Casa sob o nº 219/23, de autoria do

deputado Paulo Cezar Martins (PL) e outros, que trata da reeleição para presidente da **Alego**, hoje não permitida na Constituição Estadual e nem no Regimento Interno da Casa. A matéria trata de dar nova redação ao parágrafo 3º do artigo 16, para permitir uma única reeleição ou recondução sucessiva aos cargos da Mesa Diretora.

Também recebeu aval definitivo no decorrer da semana, a indicação de Marselha Cristina de Oliveira para representar o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de **Goiânia** (SEPE) no Conselho Estadual de Educação. Antes da aprovação do nome da professora, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) sabatinou Marselha durante uma reunião realizada na tarde de quinta-feira, 13. Ela acumula mais de dez anos de experiência como membro do Sindicato das Escolas Particulares de **Goiânia**.

Sessões solenes

O plenário Iris Rezende da **Alego** abriu as portas durante a semana para a realização de quatro sessões solenes que serviram para prestar o reconhecimento a personalidades que contribuem com o engrandecimento do estado de **Goiás** e, ainda, para conceder o Título de Cidadania Goiana ao pastor Daniel Zimmermann.

Na segunda-feira, 10, por iniciativa do deputado Fred Rodrigues (DC), além da entrega do Título de Cidadania Goiana ao Pastor Daniel Zimmermann, diversos líderes religiosos receberam o Certificado de Honra ao Mérito. A sessão solene contou com a participação de lideranças de diversas denominações judaico-cristãs da Capital e de cidades do interior, do presidente de honra da Convenção das Assembleias de Deus de **Goiás**, Jailton Pereira Rocha, do presidente do Procon Estadual, Levy Rafael Alves Cornélio, além de familiares e amigos dos homenageados.

Já na noite de quarta-feira, 12, por iniciativa dos deputados Virmondes Cruvinel (UB) e Veter Martins (Patriota), os 24 anos da Universidade Estadual de **Goiás** (UEG) foram celebrados em sessão solene. Servidores com mais de 20 anos de UEG foram agraciados com o Certificado do Mérito Legislativo na ocasião.

Na quinta-feira, 13, foi realizada uma solenidade com personagens e trajes completamente diferentes da formalidade característica dos trabalhos de rotina. Essa foi a sessão solene que homenageou clubes de motociclistas. A iniciativa foi do deputado Cristiano Galindo (Solidariedade), que tem muita proximidade com o movimento de motociclistas. A ideia foi reconhecer os serviços sociais prestados pelos grupos, além de contribuir para quebrar o preconceito, que ainda cerca o motociclismo.

Por fim, na sexta-feira, 14, o deputado Cairo Salim (PSD) conduziu uma sessão solene para a entrega do Certificado de Mérito Legislativo a empresários que atuam em **Goiás**. O evento trouxe reconhecimento a um total de 74 empreendedores, que receberam a honraria pelo trabalho desenvolvido em prol do desenvolvimento econômico do estado, ofertando emprego e renda à população. O grupo de homenageados faz parte do movimento Empreendedores Radicais, idealizado pela Igreja Videira, que tem como objetivo desenvolver e compartilhar experiências voltadas ao empreendedorismo.

Frentes parlamentares

Duas frentes parlamentares foram instaladas no Parlamento goiano no decorrer da semana. A primeira delas é coordenada pelo deputado Karlos Cabral (PSB). Denominada Frente Parlamentar de Apoio aos Consórcios Públicos, a mesma tem como objetivo agilizar a execução de projetos, baratear custos e atender adequadamente às demandas locais e regionais. Além disso, fortalecer os consórcios públicos já existentes em **Goiás** e incentivar a criação de novos.

Segundo Karlos Cabral, o diferencial da Frente Parlamentar será a participação de entidades externas e representantes do terceiro setor como colaboradores. Foram convidados representantes da Agência Goiana dos Municípios (AGM), Federação Goiana dos Municípios (FGM), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Ministério Público do Estado de **Goiás**, Comissão Intergestores Bipartite e Conselho Estadual da Saúde.

A segunda frente parlamentar instalada na Casa vai tratar do desenvolvimento e aprimoramento de políticas públicas relacionadas à defesa dos animais. Coordenada pelo deputado Delegado Eduardo Prado (PL), a Frente Parlamentar em Defesa dos Animais terá dois dos pontos focais, que são: o controle populacional de cães e gatos e o enfrentamento aos maus tratos aos animais.

Comissões

As comissões temáticas da Casa de Leis reuniram seu colegiado por cinco ocasiões durante a semana. Foram quatro encontros ordinários e um destinado a receber a secretária da **Economia**, Cristiane Schmidt, em audiência pública, para prestação das contas do estado de **Goiás** referente aos três quadrimestres de 2022.

Na oportunidade, Cristiane Schmidt, afirmou que, com muita satisfação, entregou o balanço do desempenho das finanças públicas do ano passado ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, salientando que a gestão de **Ronaldo Caiado** encerrou o quadriênio de seu primeiro mandato com chave de ouro. Segundo ela, a dívida líquida de **Goiás** chegou ao menor patamar dos últimos 20 anos, sendo que o Estado ampliou sua capacidade de bom pagador para nível inédito, e, mesmo com a perda de arrecadação, o Governo estadual manteve os compromissos com os programas sociais, com o pagamento de precatórios, com a valorização dos servidores e investimentos na Saúde e Educação.

Audiências Públicas

A **Alego** foi palco de três audiências públicas durante a semana que passou. Na ocasião temas de grande relevância para a sociedade foram tratados com especialistas com o objetivo de traçar políticas e encaminhamentos que possam da melhor maneira atender os anseios do povo goiano.

Ipasgo

Na tarde da segunda-feira, 10, o auditório 2 da **Alego** ficou lotado para tratar da alteração de personalidade jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo). Participaram da audiência os deputados Bia de Lima (PT), Antônio Gomide (PT), Gustavo Sebba (PSDB), Jamil Calife (Progressistas) e Virmondes Cruvinel (UB), além do representante da deputada federal, Delegada Adriana Accorsi (PT). O presidente da Assembleia Legislativa, Bruno Peixoto (UB), também esteve presente.

O presidente da autarquia, Vinícius Luz, defendeu a mudança, que transformaria o Ipasgo em Serviço Social Autônomo (SSA), tutelado pelo governo de **Goiás**, mas regulado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde (ANS). Ele argumentou que isso não privatizaria a autarquia e permitiria que o Ipasgo ganhasse mais opções de planos para os usuários.

No entanto, a proposta foi contestada por outros participantes da audiência, como Antônio Gomide, Bia de Lima, Gustavo Sebba e Mauro Rubem, que

sugeriram um plebiscito para ouvir os usuários do Ipasgo. O deputado Bruno Peixoto, presidente da Assembleia Legislativa de **Goiás**, afirmou que os usuários do Ipasgo e o Governo estão do mesmo lado e que distintas alternativas quanto ao futuro da autarquia serão consideradas.

Valorização de professores

A valorização dos professores e administrativos da Educação, assim como a preocupação com a violência nas escolas, foram temas discutidos em uma reunião da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa de **Goiás**.

A presidente da comissão, deputada Bia de Lima (PT), anunciou que haverá uma audiência com o prefeito para discutir o pagamento do piso salarial, a data base dos administrativos e a chamada dos concursados da Educação. Além disso, a parlamentar cobrará do Governo do estado a realização da chamada do pessoal da Educação e da Segurança Pública, aprovados no último concurso.

A reunião também abordou a necessidade de integração entre os profissionais de educação e segurança para criar uma rede de proteção nas escolas, além da importância da contratação de psicólogos para contribuir para a diminuição do estresse no ambiente escolar.

Segurança nas escolas

Deputados, autoridades da área de segurança pública e educação se reuniram em uma audiência pública na **Alego** para discutir medidas de segurança para escolas públicas e privadas. O encontro ocorreu em um contexto de violência nas escolas do País, e o deputado Amilton Filho, que propôs a audiência, destacou a importância de buscar soluções conjuntas para diminuir a tensão e a pressão do momento complexo. Entre os presentes estavam a secretária de Educação, Fátima Gavioli, o secretário de Segurança Pública, coronel Renato Brum dos Santos, e o comandante-geral da Polícia Militar, coronel André Henrique Avelar de Souza.

O assunto da violência nas escolas foi alvo, não somente na audiência pública, de inúmeras discussões durante a semana que passou. O tema foi discutido pelos parlamentares da **Alego** durante as plenárias desta semana e o presidente Bruno Peixoto participou de uma reunião com o governador **Ronaldo Caiado** (UB) e representantes de entidades para discutir diretrizes e ações voltadas para a prevenção de atentados em instituições de ensino.

O encontro aconteceu no Palácio Pedro Ludovico

Teixeira e contou com a presença de autoridades da área de segurança pública e educação do estado. Durante a reunião, o governador anunciou medidas para reforçar a segurança nas escolas, incluindo a aquisição de detectores de metais portáteis e ampliação do monitoramento e do serviço de inteligência policial.

Além disso, o governador pretende encaminhar projetos de lei à **Alego** para possibilitar a vistoria de mochilas de jovens com atitudes suspeitas e responsabilizar pais e plataformas de redes sociais pelo conteúdo publicado. O secretário de Estado de Segurança Pública, Renato Brum, salientou que o plano, intitulado Operação de Enfrentamento à Criminalidade nas Escolas, passa a valer de maneira imediata e que a Polícia Civil e a Polícia Militar já estão mapeando movimentações no ambiente escolar e digital.

Na mesma semana, a Polícia Civil cumpriu mandados de busca e apreensão em virtude de ameaças feitas no ambiente virtual e apreendeu um jovem com comportamento suspeito.

Homenagem a Yocihar Maeda

Na semana que passou, ainda, a **Alego** realizou uma cerimônia para homenagear o fotógrafo Yocihar Maeda, falecido aos 67 anos vítima de câncer na bexiga. A placa com a fotografia do profissional foi descerrada na Agência Assembleia de Notícias do Palácio Maguito Vilela, sala que leva o nome do fotógrafo desde dezembro de 2022.

A celebração contou com a presença da família de Maeda, do ex-presidente da **Alego** Helio de Sousa, do deputado Cairo Salim representando o presidente Bruno Peixoto, além de autoridades da área de comunicação social da **Alego**. A proposta de homenagem foi apresentada por Helio de Sousa e aprovada por meio da Resolução nº 1762/22.

Yocihar Maeda trabalhou na **Alego** por mais de 30 anos e foi lembrado por sua competência, dedicação e atenção dispensada a todos, tornando-se referência para os seus colegas de profissão e respeitado entre os parlamentares.

Exposições culturais

O Palácio Maguito Vilela está recebendo duas exposições de artistas goianos até o próximo dia 20 de abril. Uma delas, intitulada Uma Vida Simples, é do artista Marcos Rezende e está localizada nas floreiras do bloco A, no térreo do prédio. São 19 telas, a maioria feita em acrílico, retratando paisagens, pássaros, casarios e retratos em telas de diversos

tamanhos.

Segundo o artista, a exposição é uma grande oportunidade de ampliar o público de suas obras, que buscam transmitir paz e simplicidade do cotidiano. Além disso, Marcos Rezende realiza ações periódicas com crianças carentes, realizando oficinas de pintura onde ensina valores como o respeito, compartilhamento e disciplina.

A outra exposição, denominada Elementos, é do artista Paulo Gil que trabalha com materiais recicláveis há cerca de 15 anos. Para a exposição na **Alego**, Gil trouxe 47 peças, incluindo quadros e peças funcionais, como abajures e luminárias. A exposição foi aberta na terça-feira, 11, e fica em exibição até o próximo dia 25, com visitação aberta ao público das 8h às 18h.

Gil é funcionário público da Câmara Municipal de **Goiânia** e decidiu trabalhar profissionalmente com suas esculturas no final de 2022. Além da sustentabilidade, outra marca de sua arte é trabalhar somente quando sente desejo de fazer uma peça e sem prazo determinado para entrega.

As exposições são uma atividade da agenda cultural da **Alego**, que busca trazer diversas manifestações culturais feitas por artistas goianos para o espaço da sede do Legislativo.

Modernidade e **Economia**

Na quarta-feira, 12, a **Alego** lançou o módulo de Memorandos e Ofícios do **Alego** Digital. A solenidade contou com a presença de representantes da presidência da Casa, diretores e servidores. Durante a abertura, os diretores destacaram a importância do projeto e ressaltaram a **economia** de tempo e recursos financeiros proporcionada pelo **Alego** Digital.

Segundo o diretor de Tecnologia da Informação da **Alego**, Rafael Gouveia, o tempo de tramitação dos processos diminuiu em 70% com a implantação do sistema. A transmissão do evento foi feita pelo canal oficial da **Alego** no YouTube, ampliando o acesso à informação e garantindo transparência ao processo.

Cursos

Dentre as atividades de capacitação desenvolvidas durante a semana na **Alego**, destaque para a série de cursos com a temática "Poder Legislativo: Teoria e Prática para Assessores Parlamentares", desenvolvida pela Escola do Legislativo e a Procuradoria-Geral da Casa. O objetivo é formar profissionais conhecedores e críticos das funções, normas e procedimentos institucionais do Parlamento goiano, tornando eficaz o processo legislativo para servidores que atuam na

Casa.

Os módulos, que aconteceram de forma híbrida e síncrona, foram transmitidos ao vivo no canal da Escola do Legislativo no Youtube e, também, puderam ser acompanhados presencialmente no auditório da CCJ, no 2º andar da **Alego**. A iniciativa atendeu os servidores preferencialmente lotados nos gabinetes dos deputados.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site:

<https://portal.al.go.leg.br/noticias/131758/assembleia-legislativa-tem-semana-movimentada-e-productiva>

Projeto de lei que altera natureza jurídica do Ipasgo chega à Alego.

O Governo de **Goiás** encaminhou à Assembleia Legislativa, nesta quinta-feira (13/04), o projeto de lei que trata sobre a alteração da personalidade jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo).

O projeto é a solução proposta pelo governo estadual para correção das inadequações contábeis e administrativas exigidas pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**.

Com a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter:

No Serviço Social Autônomo, o Governo de **Goiás** continua como controlador do Ipasgo, e o serviço prestado será regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Com isso, os 596 mil usuários do serviço de assistência à saúde passam a ter acesso a 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela do Ipasgo, a outros oito atendimentos odontológicos, a 1.758 medicamentos e a 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), que são insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

Depois de uma série de reuniões e deliberações, a redação da minuta do projeto de lei foi acrescida de quatro artigos e cinco parágrafos.

"Tenho convicção de que avançamos. O diálogo nos ajudou a aprimorar o texto. Cumprimos o compromisso que fizemos", avalia o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz.

Para o servidor público estadual cuja contribuição com o Ipasgo já é calculada com base em desconto percentual sobre o salário, o maior avanço na proposta é a inclusão do dispositivo legal que assegura que não haverá alteração nos percentuais vigentes.

O texto também garante a manutenção do sistema assistencial, a exemplo de serviços odontológicos e home care, mesmo com a extinção da autarquia. Em relação à gestão do instituto, o projeto de lei veda ao Ipasgo a alienação da carteira de usuários a outro sistema de assistência à saúde.

Além dos artigos que tratam sobre esses assuntos, a redação é constituída por sugestões apresentadas pelos servidores efetivos do Ipasgo e que dizem respeito às carreiras públicas dos mesmos. A propositura pode ser acessada na íntegra no site do instituto .

A alteração da natureza jurídica do instituto visa a adequar o Ipasgo ao arcabouço legal e às regras de governanças, tal qual determinado pelo **TCE**.

A corte de contas imputou prazo ao instituto, até o dia 31 de dezembro, para correção de distorção contábil que ocorre desde 2009, quando o Ipasgo deixou de gerir o regime de previdência dos servidores públicos, atribuição assumida pela **Goiás** Previdência (Goiasprev), e se tornou exclusivamente um serviço de assistência à saúde.

Depois de pelo menos uma década de recomendações para correção do desajuste legal causado por essa mudança, o tribunal impôs que o Estado deixe de contabilizar como parte da Receita Corrente Líquida (RCL) os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores.

No entanto, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) não reconhece a possibilidade de desvincular a receita de uma autarquia, visto que essa executa atividades típicas da administração pública. A exceção seria se a Corte de Contas consentisse.

O **TCE**, porém, avalia não ser possível sem alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), ao qual o Governo de **Goiás** aderiu em 2021. Portanto, para que o Ipasgo continuasse como autarquia, seriam necessárias alterações em leis federais.

Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** - Governo de **Goiás**

Publicado em 14/04/2023

Site: <http://goiasemcena.com.br/projeto-de-lei-que-altera-natureza-juridica-do-ipasgo-chega-a-alego/>

TCE-MS participa de seminário nacional sobre a primeira infância

A coordenadora da Escola Superior de Controle Externo, Sandra Rose Rodrigues, e o gerente de auditoria operacional, o **auditor** de controle externo João Carlos de Assumpção Filho, vão representar o **TCE-MS** no 2º Seminário Nacional: A primeira infância e os Tribunais de Contas, que será realizado dias 18 e 19 de abril, em Florianópolis (SC).

Promovido pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do seu Comitê Técnico da Primeira Infância, e os Tribunais de Contas dos Estados de **Goiás (TCE-GO)** e de Santa Catarina (**TCE-SC**), o evento vai debater o papel das Cortes de Contas na avaliação das políticas públicas relacionadas à primeira infância, no contexto contemporâneo.

O presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul, **conselheiro** Jerson Domingos, ressalta a relevância da participação no seminário. "Essa atuação conjunta contribui para a melhoria dos indicadores dessa faixa etária. É muito importante sensibilizarmos os gestores públicos e a sociedade para a importância do Pacto Nacional".

Na programação estão previstas a realização de palestras e mesas temáticas que abordarão os aspectos relacionados diretamente à garantia dos direitos e ao desenvolvimento global das crianças de zero a seis anos, bem como, momentos para trabalhos em grupos, com o objetivo de analisar a implementação da Carta de Fortaleza pela Primeira Infância e sua aderência às atuais políticas públicas da área.

A Carta de Fortaleza pela Primeira Infância é o documento produzido durante o 1º Seminário Nacional: A Primeira Infância e os Tribunais de Contas, em agosto de 2022, em Fortaleza-CE, recomendando às Cortes de Contas, ações já inseridas no cotidiano do controle externo e do sistema Tribunais de Contas, para fazer valer os direitos das crianças (0 a 6 anos) no Brasil, junto às políticas públicas dos governos federal, estaduais e municipais.

O evento conta com o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), do **Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas** (CNPTC) e do **Pacto Nacional pela Primeira Infância**.

Serviço

Evento: 2º Seminário Nacional: A Primeira Infância e os Tribunais de Contas

Data: 18 e 19 de abril/2023

Local: **Tribunal de Contas do Estado** de Santa Catarina - Florianópolis-SC

Inscrições: <https://bit.ly/seminarioaprimeirainfancia>

Site:

<http://www.tce.ms.gov.br/noticias/detalhes/7023/tce-ms-participa-de-seminario-nacional-sobre-a-primeira-infancia>

Governo envia a Alego projeto que mudará as regras do Ipasgo

Raquel Freitas

Foi protocolado na Assembleia Legislativa nessa quarta-feira, 13/04, a lei que irá alterar a personalidade jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo). A alternativa foi proposta para corrigir discordâncias contábeis e administrativas pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**.

A alteração da personalidade jurídica do Ipasgo irá proporcionar ao instituto independência financeira e administrativa, além de isenção de impostos municipais, federais e de tributos estaduais e também passará a ser regido por uma legislação civil.

Com essa nova personalidade jurídica, o governo continua como gestor do Ipasgo e as prestações de serviços serão gerenciadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Deste modo, os 596 mil usuários do serviço passam a ter acesso aos 879 procedimentos médicos que hoje integram a tabela do Ipasgo, oito atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), insumos utilizados em intervenção médicas, odontológicas, de reabilitação diagnósticas e terapêuticas.

De acordo com o governo, o projeto foi acrescido de quatro artigos e cinco parágrafos. Segundo o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz, Tenho convicção que avançamos. O diálogo nos ajudou a aprimorar o texto. Cumprimos o compromisso que fizemos. Disse.

O texto garante a permanência do sistema assistencial, no que tange serviços odontológicos e home care mesmo não existindo mais a autarquia. Em relação a questão do instituto, o projeto de lei que impede a alienação da carteira de usuários a outro plano de saúde. Também faz parte do texto sugestões oriundas dos servidores efetivos do instituto, referente as suas próprias carreiras públicas.

Tags

Site: <https://www.dm.com.br/cotidiano/governo-envia-a-alego-projeto-que-mudara-as-regras-do-ipasgo-122250>

Mauro Rubem vai à justiça contra projeto do Ipasgo

Leonardo Calazença

O deputado estadual Mauro Rubem (PT), entrou com uma ação contra o projeto de mudança institucional do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo).

De acordo com o documento, no relatório do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE-GO**), sobre as contas do Poder Executivo, mostra que foram utilizadas receitas que não pertencem ao Estado para a composição da Receita Corrente Líquida (RCL).

LEIA TAMBÉM: Minuta do projeto que muda regime do Ipasgo ainda preocupa servidores

Assim, segundo o relatório, tais receitas decorrem de descontos de servidores públicos estaduais, municipais e de pagamentos de mensalidades de segurados agregados do Ipasgo e outras receitas do próprio órgão.

O **TCE** pondera que estes recursos são utilizados para pagamentos de despesas médicas relacionadas aos segurados, e a inserção desta receita na RCL resulta em um incremento artificial no indicador, desdobrando-se em aumento da despesa com pessoal e do endividamento público.

NÃO DEIXE DE LER: Governo de **Goiás** será responsável pelo aporte de R\$ 375 milhões de reserva técnica do Ipasgo

Além disso, segundo o documento, esta receita não é usada para as atividades correntes da administração pública estadual e aumenta, assim, a dificuldade financeira do Estado em honrar os compromissos assumidos em período de crise econômica, especialmente em época de crise sanitária.

Nos últimos anos o **TCE** apresentou o impacto na receita corrente líquida que os recursos oriundos do Ipasgo provocam para os exercícios futuros. Se excluída as receitas do instituto, o gasto com pessoal alcançaria 54,03% da RCL, portanto, acima do limite de alerta (54,00%). Sob essa perspectiva, os gastos com pessoal do estado de **Goiás** estariam subavaliados em 16,23%, sendo a sub-avaliação de 18,40% para o Poder Executivo e 6,11% para os outros Poderes e Órgãos Autônomos.

Conforme explica o documento, as receitas do Ipasgo provenientes da contribuição dos servidores têm natureza jurídica de receita extraorçamentária. Ou seja, trata-se de uma receita que o Estado desconta da folha de pagamento dos servidores e, posteriormente, repassa ao Instituto.

De acordo com o documento, o Estado de **Goiás** tem usado os recursos provenientes da contribuição de servidores, agregados e municípios para integrar sua RCL, criando impactos na apuração do limite de gastos com pessoal, aplicação dos percentuais obrigatórios da saúde e aumentando o potencial de endividamento público.

O **TCE** recomendou ao Poder Executivo a transformação do Ipasgo em uma Fundação, ou seja, uma instituição privada.

Com a proposta de mudança jurídica, na prática, o Ipasgo deixa de ser uma autarquia do quadro da **administração estadual** para se transformar em um Serviço Social Autônomo (SSA).

Durante expediente na Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**) nesta quinta-feira (13), Mauro Rubem destacou que a alteração significa privatização, pois, caso aprovado o projeto atual, o Ipasgo deixa de ser uma autarquia pública e se tornará de direito privado.

Mauro Rubem cobrou a ampliação do debate sobre o tema junto à Governadoria. "O Governo está mexendo em um instituto de 61 anos, colocando regras de mercado, que certamente a maioria dos 600 mil segurados não tem condições de pagar", enfatizou.

Por fim, conforme o documento, o parlamentar solicita ao Estado de **Goiás** que contabilize as receitas decorrentes da contribuição ao Ipasgo de servidores, agregados e municípios como receitas extraorçamentárias, excluindo seus ingressos da Receita Corrente Líquida do Estado.

Leia mais sobre: Ipasgo / Mauro Rubem / **TCE-GO** / Política

Site: <https://diariodegoias.com.br/mauro-rubem-vai-a-justica-contra-projeto-do-ipasgo/289728/>

Governo de Goiás envia à Assembleia Legislativa projeto de lei que altera natureza jurídica do Ipasgo

Transformação de autarquia em Serviço Social Autônomo é solução apresentada para cumprir determinação do **TCE**. Governo de **Goiás** continua como controlador do instituto, que poderá ampliar tabela de procedimentos médicos disponíveis a usuários

O Governo de **Goiás** encaminhou à Assembleia Legislativa, nesta quinta-feira (13/04), o projeto de lei que trata sobre a alteração da personalidade jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo), solução proposta para correção das inadequações contábeis e administrativas exigidas pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**.

Com a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter autonomia financeira e administrativa; imunidade em relação aos impostos federais e municipais; isenção de tributos estaduais; maior participação dos servidores, que integrarão os conselhos de administração e fiscal; além de passar a ser regido pela legislação civil. O instituto será gerido por uma diretoria executiva indicada pelo Executivo estadual.

No Serviço Social Autônomo, o Governo de **Goiás** continua como controlador do Ipasgo e o serviço prestado será regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Com isso, os 596 mil usuários do serviço de assistência à saúde passam a ter acesso a 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela do Ipasgo, a outros oito atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

Diálogo

Depois de uma série de reuniões e deliberações, a redação da minuta do projeto de lei foi acrescida de quatro artigos e cinco parágrafos. "Tenho convicção que avançamos. O diálogo nos ajudou a aprimorar o texto. Cumprimos o compromisso que fizemos", avalia o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz. Para o servidor público estadual cuja contribuição com o Ipasgo já é

calculada com base em desconto percentual sobre o salário, o maior avanço na proposta é a inclusão do dispositivo legal que assegura que não haverá alteração nos percentuais vigentes.

O texto também garante a manutenção do sistema assistencial, a exemplo de serviços odontológicos e home care, mesmo com a extinção da autarquia. Em relação à gestão do instituto, o projeto de lei veda ao Ipasgo a alienação da carteira de usuários a outro sistema de assistência à saúde. Além dos artigos que tratam sobre esses assuntos, a redação é constituída por sugestões apresentadas pelos servidores efetivos do Ipasgo e que dizem respeito às carreiras públicas dos mesmos. A propositura pode ser acessada na íntegra em www.ipasgo.go.gov.br.

Mudança

A alteração da natureza jurídica do instituto visa adequar o Ipasgo ao arcabouço legal e às regras de governanças, tal qual determinado pelo **TCE**. A corte de contas imputou prazo ao Instituto, até o dia 31 de dezembro, para correção de distorção contábil que ocorre desde 2009, quando o Ipasgo deixou de gerir o regime de previdência dos servidores públicos, atribuição assumida pela **Goiás** Previdência (Goiasprev), e se tornou exclusivamente um serviço de assistência à saúde. Depois de pelo menos uma década de recomendações para correção do desajuste legal causado por essa mudança, o tribunal impôs que o Estado deixe de contabilizar como parte da Receita Corrente Líquida (RCL) os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores.

No entanto, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) não reconhece a possibilidade de desvincular a receita de uma autarquia, visto que essa executa atividades típicas da administração pública. A exceção seria se a Corte de Contas consentisse. Em **Goiás**, no entanto, o **TCE** avalia não ser possível sem alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), ao qual o Governo de **Goiás** aderiu em 2021. Portanto, para que o Ipasgo continuasse como autarquia, seriam necessárias alterações em leis federais.

Site: <https://jornalgazetacentroeste.com.br/politica-estadual/5847/governo-de-goias-envia-a-assembleia-legislativa-projeto-de-lei-que-altera-natureza-juridica-do-ipasgo/>

Projeto de lei que altera natureza jurídica do Ipasgo chega à Alego

O Governo de **Goiás** encaminhou à Assembleia Legislativa, nesta quinta-feira (13/04), o projeto de lei que trata sobre a alteração da personalidade jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo).

O projeto é a solução proposta pelo governo estadual para correção das inadequações contábeis e administrativas exigidas pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**.

Com a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter:

No Serviço Social Autônomo, o Governo de **Goiás** continua como controlador do Ipasgo, e o serviço prestado será regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Com isso, os 596 mil usuários do serviço de assistência à saúde passam a ter acesso a 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela do Ipasgo, a outros oito atendimentos odontológicos, a 1.758 medicamentos e a 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), que são insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

Depois de uma série de reuniões e deliberações, a redação da minuta do projeto de lei foi acrescida de quatro artigos e cinco parágrafos.

"Tenho convicção de que avançamos. O diálogo nos ajudou a aprimorar o texto. Cumprimos o compromisso que fizemos", avalia o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz.

Para o servidor público estadual cuja contribuição com o Ipasgo já é calculada com base em desconto percentual sobre o salário, o maior avanço na proposta é a inclusão do dispositivo legal que assegura que não haverá alteração nos percentuais vigentes.

O texto também garante a manutenção do sistema assistencial, a exemplo de serviços odontológicos e home care, mesmo com a extinção da autarquia. Em relação à gestão do instituto, o projeto de lei veda ao Ipasgo a alienação da carteira de usuários a outro sistema de assistência à saúde.

Além dos artigos que tratam sobre esses assuntos, a redação é constituída por sugestões apresentadas pelos servidores efetivos do Ipasgo e que dizem respeito às carreiras públicas dos mesmos. A propositura pode ser acessada na íntegra no site do instituto .

A alteração da natureza jurídica do instituto visa a adequar o Ipasgo ao arcabouço legal e às regras de governanças, tal qual determinado pelo **TCE**.

A corte de contas imputou prazo ao instituto, até o dia 31 de dezembro, para correção de distorção contábil que ocorre desde 2009, quando o Ipasgo deixou de gerir o regime de previdência dos servidores públicos, atribuição assumida pela **Goiás** Previdência (Goiasprev), e se tornou exclusivamente um serviço de assistência à saúde.

Depois de pelo menos uma década de recomendações para correção do desajuste legal causado por essa mudança, o tribunal impôs que o Estado deixe de contabilizar como parte da Receita Corrente Líquida (RCL) os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores.

No entanto, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) não reconhece a possibilidade de desvincular a receita de uma autarquia, visto que essa executa atividades típicas da administração pública. A exceção seria se a Corte de Contas consentisse.

O **TCE**, porém, avalia não ser possível sem alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), ao qual o Governo de **Goiás** aderiu em 2021. Portanto, para que o Ipasgo continuasse como autarquia, seriam necessárias alterações em leis federais.

Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** - Governo de **Goiás**

Site: <http://www.capitaldoentorno.com.br/projeto-de-lei-que-altera-natureza-juridica-do-ipasgo-chega-a-alego/>

Polêmica sobre Ipasgo, ataques a escolas, 100 dias na Câmara e mais bastidores políticos

Gomide: Ipasgo

O deputado estadual Antônio Gomide (PT) diz se tratar de um erro a mudança do regime jurídico do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) proposta pelo Governo estadual.

O parlamentar lembra que o **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** recomenda há mais de 10 anos que as contas do Ipasgo sejam retiradas da Receita Corrente Líquida (RCL), do orçamento.

No entanto, o Governo propõe com que haja mudança do regime jurídico, de autarquia para Serviço Social Autônomo (SSA).

Para ele, é uma forma de acabar com o Ipasgo e, assim, criar um novo instituto, por conta de erro em prestação de contas.

Gomide destaca que qualquer mudança deve passar, necessariamente, por um amplo debate envolvendo os usuários e os servidores públicos em geral.

Frente parlamentar

A Câmara Municipal de Anápolis acaba de criar a Frente Parlamentar de Acompanhamento aos Planos de Investimentos em Energia Elétrica e Saneamento.

O grupo, suprapartidário, tem à frente o vereador João Feitosa (PP) e é completado pelos membros: Andreia Rezende (SD), Cleide Hilário (Republicanos), Eli Rosa (PSC) e Cabo Fred Caixeta (Avante).

A ideia é acompanhar mais de perto questões relacionadas ao fornecimento de energia elétrica e os serviços de saneamento básico, pelas empresas concessionárias Equatorial **Goiás** e Saneago, respectivamente.

A primeira privada e a segunda estatal ligada ao Governo de **Goiás**. Uma das ações já previstas é a realização de uma audiência pública para debater sobre o retorno do plantão de energia na cidade.

Mensagem

Nas redes sociais, o prefeito Roberto Naves deixou uma mensagem à população sobre as ameaças e ataques a escolas. Segundo ele, não é necessário desespero. Ele anunciou uma parceria com a Força Tática para fortalecer a ronda nos estabelecimentos educacionais.

Porém, disse contar com cada um dos anapolino, em especial os pais de alunos, "convivendo, vigiando e cuidando do seu filho". Diga-se de passagem, autoridades em todo o país estão se mobilizando em torno do problema e o papel dos pais, da família, é fundamental.

Prestigiado

O presidente da Câmara Municipal, Domingos Paula (PV), foi bastante prestigiado no evento que ele coordenou para apresentação do balanço dos 100 dias da nova Mesa Diretora. Estiveram presentes o prefeito Roberto Naves e a primeira-dama e deputada Vivian Naves, ambos do PP, o deputado federal Rubens Otoni (PT) e várias lideranças de outras legendas partidárias.

Vários profissionais da imprensa também tomaram parte do ato, que teve a inauguração do Espaço do Jornalista Pedro Demétrio.

Sabe Domingos Paula que os dois anos de mandato na Mesa Diretora passam rápido. Daí, é colocar mesmo o pé no acelerador e mostrar resultados.

Abril Azul I

O vereador Reamilton Espíndola informa que o evento alusivo ao Abril Azul, de conscientização sobre o autismo, que estava previsto para se realizar na Praça Bom Jesus, na região central de Anápolis, vai acontecer agora na sede da Câmara Municipal.

A mudança deu-se em razão das fortes chuvas que têm caído no Município. A data, no entanto, permanece inalterada, será no próximo sábado, dia 15, a partir das 8 horas.

Abril Azul II

Além de divulgar a causa do autismo, a ação terá a confecção da carteirinha de identificação do autista; orientação jurídica sobre direitos, como a Loas (Lei Orgânica de Assistência Social) e o que diz respeito ao atendimento prioritário. Também serão oferecidos atendimentos de fisioterapia, massagem e exercício laboral. As crianças vão ganhar pipoca e algodão doce.

Queda de braço

O imbróglio envolvendo o vereador Policial Federal Suender e o Conselho de Ética da Câmara Municipal, pelo visto, está longe de ter um desfecho.

Já se passaram quase dois anos quando o caso de falsidade ideológica no gabinete do parlamentar começou a ser apurado e, de lá para cá, foram muitas idas e vindas e polêmicas. A mais recente, a guerra de laudos de exames grafotécnicos.

O vereador José Fernandes, que conhece bem dessa área, diz que quando há essa confrontação de laudos, o mais provável é que haja a judicialização da questão.

Eleições 2024

Na terça-feira (11), o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, recebeu 27 presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais de todo o país para tratar de temas relacionados às próximas eleições municipais, em 2024.

A atualização do parque de urnas eletrônicas entrou em pauta. Sobre isso, Moraes informou que estão sendo produzidas 220 mil novas máquinas para as Eleições 2024, totalizando quase 470 mil novos equipamentos a serem utilizados quando somados aos fabricados a partir de 2022.

Outras questões como o transporte de eleitores e a melhor divulgação do aplicativo Pardal, para recebimento de denúncias, também pautaram o encontro em Brasília.

- O vereador Delcimar Fortunato (Avante) anda meio rebelde. Ele, que sempre questionou colegas sobre ser, ou não da base, agora também está sendo questionado. Ele diz que sim.

- O deputado estadual Amilton Filho (MDB) saiu na frente na **Alego** e comandou audiência pública para debater a segurança das escolas. Tema que está em destaque na mídia.

- Uma boa iniciativa do Legislativo anapolino é a realização do Câmara nos Bairros, que dá oportunidade do cidadão que mora mais distante conhecer mais sobre os trabalhos da casa e dos vereadores.

- Em viagem à China, Lula busca mais do que fortalecer laços diplomáticos com aquele país. Além dos interesses comerciais, ele quer fortalecer seu nome no cenário internacional.

Site: <https://portalcontexto.com/polemica-sobre-ipasgo-ataques-a-escolas-100-dias-na-camara-e-mais-bastidores-politicos/>

Governo envia projeto que altera natureza jurídica do Ipasgo à Assembleia

Peninha

Mudança é para correção de inadequações

O Governo de **Goiás** encaminhou à Assembleia Legislativa o projeto de lei que trata sobre a alteração da personalidade jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo). De acordo com o Governo de **Goiás**, a proposta, enviada nesta quinta-feira (13/4), é para correção das inadequações contábeis e administrativas exigidas pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**

O Governo de **Goiás** encaminhou à Assembleia Legislativa, nesta quinta-feira (13/4), o projeto de lei que trata sobre a alteração da personalidade jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo), solução proposta para correção das inadequações contábeis e administrativas exigidas pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**.

Com a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter autonomia financeira e administrativa; imunidade em relação aos impostos federais e municipais; isenção de tributos estaduais; maior participação dos servidores, que integrarão os conselhos de administração e fiscal; além de passar a ser regido pela legislação civil. O instituto será gerido por uma diretoria executiva indicada pelo Executivo estadual.

No Serviço Social Autônomo, o Governo de **Goiás** continua como controlador do Ipasgo e o serviço prestado será regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Com isso, os 596 mil usuários do serviço de assistência à saúde passam a ter acesso a 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela do Ipasgo, a outros oito atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

Diálogo

Depois de uma série de reuniões e deliberações, a redação da minuta do projeto de lei foi acrescida de quatro artigos e cinco parágrafos. "Tenho convicção que avançamos. O diálogo nos ajudou a aprimorar o

texto. Cumprimos o compromisso que fizemos", avalia o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz.

Para o servidor público estadual cuja contribuição com o Ipasgo já é calculada com base em desconto percentual sobre o salário, o maior avanço na proposta é a inclusão do dispositivo legal que assegura que não haverá alteração nos percentuais vigentes.

O texto também garante a manutenção do sistema assistencial, a exemplo de serviços odontológicos e home care, mesmo com a extinção da autarquia. Em relação à gestão do instituto, o projeto de lei veda ao Ipasgo a alienação da carteira de usuários a outro sistema de assistência à saúde.

Além dos artigos que tratam sobre esses assuntos, a redação é constituída por sugestões apresentadas pelos servidores efetivos do Ipasgo e que dizem respeito às carreiras públicas dos mesmos. A propositura pode ser acessada na íntegra aqui .

Mudança

A alteração da natureza jurídica do instituto visa adequar o Ipasgo ao arcabouço legal e às regras de governanças, tal qual determinado pelo **TCE**. A corte de contas imputou prazo ao Instituto, até o dia 31 de dezembro, para correção de distorção contábil que ocorre desde 2009, quando o Ipasgo deixou de gerir o regime de previdência dos servidores públicos, atribuição assumida pela **Goiás** Previdência (Goiasprev), e se tornou exclusivamente um serviço de assistência à saúde. Depois de pelo menos uma década de recomendações para correção do desajuste legal causado por essa mudança, o tribunal impôs que o Estado deixe de contabilizar como parte da Receita Corrente Líquida (RCL) os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores.

No entanto, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) não reconhece a possibilidade de desvincular a receita de uma autarquia, visto que essa executa atividades típicas da administração pública. A exceção seria se a Corte de Contas consentisse. Em **Goiás**, no entanto, o **TCE** avalia não ser possível sem alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), ao qual o Governo de **Goiás** aderiu em 2021. Portanto, para que o Ipasgo continuasse como autarquia, seriam necessárias

alterações em leis federais.

Site: <https://jornaldopeninha.com.br/governo-envia-projeto-que-altera-natureza-juridica-do-ipasgo-a-assembleia/>

Projeto de lei que altera natureza jurídica do Ipasgo chega na Alego

Com mudança de regime jurídico, Ipasgo pode ampliar tabela de procedimentos médicos e odontológicos disponíveis a usuários (Foto: Ricardo Pojo)

Transformação de autarquia em Serviço Social Autônomo é solução apresentada para cumprir determinação do **TCE**. Governo de **Goiás** continua como controlador do instituto, que poderá ampliar tabela de procedimentos médicos disponíveis a usuários

Publicado: 14.04.2023

O Governo de **Goiás** encaminhou à Assembleia Legislativa, nesta quinta-feira (13/04), o projeto de lei que trata sobre a alteração da personalidade jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo).

O projeto é a solução proposta pelo governo estadual para correção das inadequações contábeis e administrativas exigidas pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**.

O que muda no Ipasgo

Com a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter:

No Serviço Social Autônomo, o Governo de **Goiás** continua como controlador do Ipasgo, e o serviço prestado será regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Com isso, os 596 mil usuários do serviço de assistência à saúde passam a ter acesso a 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela do Ipasgo, a outros oito atendimentos odontológicos, a 1.758 medicamentos e a 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), que são insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

Diálogo

Depois de uma série de reuniões e deliberações, a redação da minuta do projeto de lei foi acrescida de quatro artigos e cinco parágrafos.

"Tenho convicção de que avançamos. O diálogo nos ajudou a aprimorar o texto. Cumprimos o compromisso que fizemos", avalia o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz.

Para o servidor público estadual cuja contribuição com o Ipasgo já é calculada com base em desconto percentual sobre o salário, o maior avanço na proposta é a inclusão do dispositivo legal que assegura que não haverá alteração nos percentuais vigentes.

O texto também garante a manutenção do sistema assistencial, a exemplo de serviços odontológicos e home care, mesmo com a extinção da autarquia. Em relação à gestão do instituto, o projeto de lei veda ao Ipasgo a alienação da carteira de usuários a outro sistema de assistência à saúde.

Além dos artigos que tratam sobre esses assuntos, a redação é constituída por sugestões apresentadas pelos servidores efetivos do Ipasgo e que dizem respeito às carreiras públicas dos mesmos. A propositura pode ser acessada na íntegra no site do instituto .

Correção das inadequações no Ipasgo

A alteração da natureza jurídica do instituto visa a adequar o Ipasgo ao arcabouço legal e às regras de governanças, tal qual determinado pelo **TCE**.

A corte de contas imputou prazo ao instituto, até o dia 31 de dezembro, para correção de distorção contábil que ocorre desde 2009, quando o Ipasgo deixou de gerir o regime de previdência dos servidores públicos, atribuição assumida pela **Goiás** Previdência (Goiasprev), e se tornou exclusivamente um serviço de assistência à saúde.

Depois de pelo menos uma década de recomendações para correção do desajuste legal causado por essa mudança, o tribunal impôs que o Estado deixe de contabilizar como parte da Receita Corrente Líquida (RCL) os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores.

No entanto, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) não reconhece a possibilidade de desvincular a receita de uma autarquia, visto que essa executa atividades típicas da administração pública. A exceção seria se a

Corte de Contas consentisse.

O **TCE**, porém, avalia não ser possível sem alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), ao qual o Governo de **Goiás** aderiu em 2021. Portanto, para que o Ipasgo continuasse como autarquia, seriam necessárias alterações em leis federais.

Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** - Governo de **Goiás**

Site:

<http://www.jornalestadodegoias.com.br/2023/04/14/projet-o-de-lei-que-altera-natureza-juridica-do-ipasgo-chega-na-alego/>

Presidente da Alego diz que servidores e governo estão do mesmo lado na questão do Ipasgo

Durante audiência pública realizada, nesta última segunda-feira (10), na Assembleia, o presidente Bruno Peixoto (UB) defendeu que usuários do Ipasgo e governo do estado "estão do mesmo lado". Durante audiência pública realizada, nesta última segunda-feira (10), na Assembleia, o presidente Bruno Peixoto (UB) defendeu que usuários do Ipasgo e governo do estado "estão do mesmo lado".

Ele garante e que qualquer solução que vier a ser apresentada e acatada pelo Tribunal de Contas de Goiás (TCE-GO), inclusive uma apresentada pelos deputados petistas Mauro Rubem e Bia de Lima, será analisada cuidadosamente.

"Se possível, peço para que o TCE analise isso em dois ou três dias, que responda com celeridade", disse Peixoto. O deputado Bruno Peixoto (UB), presidente da Assembleia, afirmou que os usuários do Ipasgo e o Governo estão do mesmo lado na questão. Ele disse que não admitirá que o TCE jogue para o Estado ou para a Alego o problema do Ipasgo: "Tem um relatório, um parecer aqui, do TCE, que determina essas mudanças, transformando em pessoa jurídica do direito privado ou promover medida com potencial equivalente".

"Se o TCE disser que não determina mais", acrescentou o presidente da Alego, "quero que eles sejam mais claros, o que significa 'medida com potencial equivalente?' "Nós não estamos aqui armados", disse, ainda, Bruno Peixoto, afirmando que distintas alternativas quanto ao futuro do Ipasgo serão consideradas. "A audiência pública", enfatizou, "serve para juntos acharmos uma solução, não para comunicá-la".

O projeto de lei quanto à mudança da personalidade jurídica, afirmou, "só vai vir para a Assembleia quando esgotarmos todos os diálogos para juntos acharmos uma solução, achar uma alternativa junto ao TCE, com sintonia com o tribunal". Bruno Peixoto disse que recebeu hoje sugestões de deputados e já encaminhou para a Procuradoria do Estado para ser analisada a viabilidade da proposta.

O representante do TCE-GO presente à audiência,

Sérvio Túlio, disse que "o TCE emitiu um parecer prévio, então carece de aprovação da Alego para ter uma eficácia jurídica. O tribunal tem competência para julgar as contas dos gestores públicos, cabe à Assembleia acatar ou não na íntegra o parecer do TCE". "Nesse parecer prévio, o tribunal determina que as mudanças ocorram ainda este ano", prosseguiu, complementando. "Se o TCE coloca uma alternativa, é porque entende que é uma situação do Governo e essa recomendação vem sendo apontada há 10 anos".

Leia a edição impresso digital

Site: <https://jornalgoias.com.br/presidente-da-alego-diz-que-servidores-e-governo-estao-do-mesmo-lado-na-questao-do-ipasgo/>

Deputados iniciam discussão sobre alteração da natureza jurídica do Ipasgo

A Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**) recebeu, na tarde desta quinta-feira, 13, o projeto de lei que altera a natureza jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo). O texto busca, segundo o Governo, trazer uma solução para a correção das inadequações contábeis e administrativas exigidas pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (TCE-GO).

Cinco deputados, porém, pediram vista da matéria durante a tramitação do texto na Comissão Mista. São eles: Delegado Eduardo Prado (PL), Antônio Gomide (PT), Mauro Rubem (PT) e Coronel Adailton (Solidariedade). Com isso, a votação do texto foi prejudicada. A previsão é de que a matéria retorne à pauta na próxima semana.

Com a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter autonomia financeira e administrativa; imunidade em relação aos impostos federais e municipais; isenção de tributos estaduais; maior participação dos servidores, que integrarão os conselhos de administração e fiscal; além de passar a ser regido pela legislação civil. O instituto será gerido por uma diretoria executiva indicada pelo Executivo estadual.

No Serviço Social Autônomo, o Governo de **Goiás** continua como controlador do Ipasgo e o serviço prestado será regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A Governadoria argumenta que, com isso, os 596 mil usuários do serviço de assistência à saúde passam a ter acesso a 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela do Ipasgo, a outros oito atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

Ao comentar o assunto com lideranças de sua base de apoio na **Alego**, o governador defendeu a transparência no processo de alteração na natureza jurídica do Instituto e a necessidade de manter a lisura na administração do órgão. Ele explicou também que não se trata de uma privatização. "O Estado vai continuar cumprindo sua responsabilidade, vai continuar fazendo parte do comando e da presidência da nova entidade", disse o governador durante reunião com integrantes da base na **Alego**.

O texto também garante a manutenção do sistema assistencial, a exemplo de serviços odontológicos e home care, mesmo com a extinção da autarquia. Em relação à gestão do instituto, o projeto de lei veda ao Ipasgo a alienação da carteira de usuários a outro sistema de assistência à saúde. Além dos artigos que tratam sobre esses assuntos, a redação é constituída por sugestões apresentadas pelos servidores efetivos do Ipasgo e que dizem respeito às carreiras públicas dos mesmos.

Alteração jurídica

A alteração da natureza jurídica do instituto visa adequar o Ipasgo ao arcabouço legal e às regras de governanças, tal qual determinado pelo **TCE**. A corte de contas imputou prazo ao Instituto, até o dia 31 de dezembro, para correção de distorção contábil que ocorre desde 2009, quando o Ipasgo deixou de gerir o regime de previdência dos servidores públicos, atribuição assumida pela **Goiás** Previdência (Goiasprev), e se tornou exclusivamente um serviço de assistência à saúde. Depois de pelo menos uma década de recomendações para correção do desajuste legal causado por essa mudança, o tribunal impôs que o Estado deixe de contabilizar como parte da Receita Corrente Líquida (RCL) os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores.

No entanto, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) não reconhece a possibilidade de desvincular a receita de uma autarquia, visto que essa executa atividades típicas da administração pública. A exceção seria se a Corte de Contas consentisse. Em **Goiás**, no entanto, o **TCE** avalia não ser possível sem alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), ao qual o Governo de **Goiás** aderiu em 2021. Portanto, para que o Ipasgo continuasse como autarquia, seriam necessárias alterações em leis federais.

Site:

<https://ohoje.com/noticia/politica/n/1493267/t/deputados-iniciam-discussao-sobre-alteracao-da-da-natureza-juridica-do-ipasgo/>

Cristiane Schmidt deixa a Economia

Secretária entrega a pasta depois de 4 anos e três meses no cargo e após entrar balanços do governo ao **TCE** e a **Alego**

Depois de quatro anos e três meses, a economista Cristiane Schmidt deixará o comando da Secretaria da **Economia** do Estado de **Goiás**. A decisão foi tomada durante reunião com o governador **Ronaldo Caiado**, ocorrida na manhã desta sexta-feira (14/04), e se dá em comum acordo, segundo nota oficial do governo.

A possibilidade de mudança na Secretaria de **Economia** já vinha sendo discutida há algumas semanas, em função do desejo expressado pela secretária de trilhar novos projetos.

O governador **Ronaldo Caiado** agradece Cristiane Schmidt pela dedicação e competência nas funções desempenhadas por ela no Governo de **Goiás**, desejando-lhe sucesso nos seus novos desafios.

A economista, contadora, advogada e auditora Federal de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional, Selene Peres Peres Nunes assume, interinamente, a Secretaria de **Economia**.

Na última quarta-feira (12/4), Schmidt entregou ao **conselheiro Helder Valin**, representando o presidente do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, **Saulo Mesquita**, a Prestação de Contas Anual do Estado de **Goiás**, referente ao ano de 2022.

No balanço consta que o resultado orçamentário do exercício foi superavitário em R\$ 4,738 bilhões, visto que as receitas arrecadadas totalizaram R\$ 43,5 bilhões e as despesas empenhadas totalizaram R\$ 38,8 bilhões. Destas, R\$ 33,5 bilhões são de despesas correntes e R\$ 5,2 bilhões de despesas de capital. Ao final do primeiro mandato do governador **Ronaldo Caiado**, o Estado de **Goiás**, pelo quarto ano consecutivo, encerra o exercício, com resultado orçamentário superavitário, e o resultado primário começa a demonstrar o atingimento dos objetivos da **política** de reequilíbrio fiscal

Na Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** secretária Cristiane Schmidt, também fez a prestação de contas do último quadrimestre de 2022. A audiência foi realizada na tarde da quarta-feira, 12, na Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa.

Pela oposição o deputado estadual Antônio Gomide (PT) apontou que os números apresentados pela

secretária mostram que **Goiás** é um estado com as finanças equilibradas e rico. No entanto, salientou que mais de 1 milhão de pessoas não conseguem realizar mais de uma refeição por dia. Por isso, salientou que os dados precisam se traduzir na melhoria da vida dos goianos.

Além disso, o deputado questionou sobre a falta de pagamento da data-base dos servidores públicos nos últimos 4 anos. Cobrou também investimento para que haja o regime integral à docência e pesquisa na Universidade Estadual de **Goiás** (UEG). Solicitou explicação sobre a origem da orientação para o Ipasgo deixe de ser uma autarquia para se transformar em Serviço Social Autônomo.

"Os números precisam ser traduzidos na melhoria da qualidade de vida do povo goiano. A secretária trouxe números interessantes, como os melhores resultados na série histórica. Mas os números que são apresentados, quando se coloca que temos mais de 1 milhão de pessoas que fazem uma só refeição por dia, significam que não estão chegando na população. Precisamos casar o orçamento com a qualidade de vida", disse.

Site: <https://onzedemaio.com.br/cristiane-schmidt-deixa-a-economia/>

Mudança no Ipasgo inicia trâmite já com pedidos de vistas

Por *Jornal O Popular*

A Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)** recebeu, nesta quinta-feira (13), o projeto de lei que muda a natureza jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo), com alterações propostas por deputados. O texto começou a ser apreciado imediatamente na Comissão Mista, mas recebeu pedidos de vistas de cinco parlamentares.

Segundo o líder do governo, o deputado Wilde Cambão (PSD), após reuniões dos deputados com o Ipasgo e a gestão estadual, ficou acordado que alguns pontos seriam inseridos antes mesmo que o texto chegasse à Casa. "Foram mudanças para aquilo que é bom, para colocar de forma explícita no texto o que já estava garantido", disse.

O projeto, cuja minuta havia sido divulgada no dia 30 de março, chegou à versão final com a inclusão de um artigo que proíbe a venda ou alienação da carteira de usuários do plano de saúde do Ipasgo a outro sistema de assistência no país.

Além disso, agora consta na matéria que não haverá aumento do percentual cobrado do servidor que é usuário do Ipasgo. Segundo o presidente do instituto, Vinícius Luz, isso já estava garantido e o acréscimo é apenas uma forma de deixar a medida mais explícita.

De acordo com o projeto, o servidor público, seja ativo, inativo ou pensionista, cadastrado até a vigência da lei, terá o percentual de desconto e o sistema assistencial mantidos. Hoje, o percentual para o plano de enfermagem é de 6,8% e o apartamento, de 12,48%. O servidor também poderá aderir a outras modalidades de planos assistenciais que venham a ser criadas pelo Ipasgo.

A terceira mudança no texto é que ele passa a assegurar que o pai e a mãe do servidor público usuário do Ipasgo possam aderir ao plano de saúde, dentro do plano atuarial.

Luz lembra que, além dessas alterações, o instituto já havia acatado alterações pedidas pelos servidores do Ipasgo. O texto passou a contar com mais detalhes relacionados ao aproveitamento dos trabalhadores pelo estado após o período de transição de autarquia

para serviço social autônomo (SSA).

Por esse motivo, o presidente defende que não há mais o que ser emendado na **Alego** e acredita numa tramitação célere na Casa. "A discussão foi muito antecipada quando o projeto não estava na Assembleia, foi objeto de discussões, ouvimos servidores e conseguimos fazer uma adequação interessante", avalia o presidente.

Está prevista para terça-feira (18), a partir das 9 horas, uma nova audiência pública sobre o tema, que será realizada na **Alego**. O presidente do Ipasgo diz que estará presente no encontro.

Apesar da expectativa de celeridade, o projeto começou a ser discutido na Comissão Mista nesta quinta, mas a votação acabou ficando para a próxima terça porque os deputados Mauro Rubem (PT), Antônio Gomide (PT), Coronel Adailton (Solidariedade), Eduardo Prado (PL) e Fred Rodrigues (DC) pediram vistas. O relatório foi feito pelo deputado Talles Barreto (UB).

Ação

Ainda há, no entanto, resistência à matéria por parte dos servidores usuários do plano de saúde. O Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de **Goiás** (Sindipúblico) entrou com uma ação civil pública (ACP) contra a medida, mas a ação foi extinta pela juíza Zilmene Gomide da Silva, da 4ª Vara da Fazenda Pública do estado de **Goiás**.

A magistrada argumentou que o processo legislativo ainda não existia, já que ainda não tinha chegado à **Alego**, e, por isso, não poderia ser objeto de análise. O presidente do Sindipúblico, Nylo Sérgio Nogueira, disse que já entrou com embargos contra a decisão. "Por acharmos que não foi analisado o mérito da ação. Antes mesmo de ouvir o MP, ela extinguiu o processo", explicou.

A mudança no Ipasgo foi proposta pelo governo estadual sob o argumento de que foi a determinação do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, no relatório de contas referente ao exercício de 2021. A corte, no entanto, já disse que a decisão é política e que o estado, junto à **Alego**, pode encontrar uma alternativa para retirar os recursos do Ipasgo da

conta da Receita Corrente Líquida (RCL). Esse é o ponto a que a oposição tem se apegado.

Site: <https://www.seacgoias.com.br/seac/noticias/706-mudanca-no-ipasgo-inicia-tramite-ja-com-pedidos-de-vistas/>

Coordenadoria do Sistema de Juizados Especiais e Turmas Recursais reforça atuação do NEA do TJGO

A Coordenadoria do Sistema de Juizados Especiais e Turmas Recursais do Estado de **Goiás**, dirigida pelo desembargador Marcus da Costa Ferreira, comunica sobre a atuação do Núcleo Especial de Averiguação do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJGO), instituído por meio do Decreto Judiciário nº 638/2021, com a finalidade de averiguar eventuais irregularidades na propositura de ações nos Juizados Especiais.

Ao NEA do TJGO compete identificar demandas fraudulentas e outros eventos atentatórios à dignidade da Justiça, inclusive por meio do recebimento de notícias de condutas fraudulentas reiteradas, além da elaboração e publicação de estudos e subsídios técnicos que auxiliam magistrados e servidores a identificar novas demandas postuladas em duplicidade ou em desacordo com os preceitos legais.

O núcleo também tem a atribuição de promover o envio de solicitação de diligências apuratórias às autoridades competentes, nas hipóteses legais, e propor à Corregedoria Geral da Justiça do Estado de **Goiás** o estabelecimento de cooperação técnica, científica e operacional com outros órgãos do Poder Judiciário, além do Ministério Público e a Defensoria Pública estaduais, Ordem dos Advogados do Brasil - Seção **Goiás** (OAB-GO), **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (TCE-GO), Receita Federal do Brasil e Polícias Judiciárias, entre outras instituições.

Já no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** e das demais varas judiciais, a competência de averiguação de eventuais irregularidades na propositura de ações fica a cargo do Núcleo de Inteligência do Poder Judiciário goiano, conforme disposto na Resolução nº 147 de 2021, do Órgão Especial do TJGO.

As suspeitas e demandas de magistradas e magistrados que integram os Juizados Especiais, bem como de demais interessados, devem ser enviadas via Processo Administrativo Digital (Proad) direcionado para unidade do NEA (processo - solicitação NEA). As solicitações também poderão ser encaminhadas por meio do endereço eletrônico do núcleo (Este endereço de email está sendo protegido de spambots.

Você precisa do JavaScript ativado para vê-lo.).

O NEA ainda atua na manutenção de um banco de dados sigiloso que poderá ser enviado ao magistrado interessado, mediante pedido via e-mail institucional pessoal direcionado ao NEA (Este endereço de email está sendo protegido de spambots. Você precisa do JavaScript ativado para vê-lo.). (Texto: Carolina Dayrell - Centro de Comunicação Social do TJGO)

Site:

<https://www.tjgo.jus.br/index.php/institucional/centro-de-comunicacao-social/17-tribunal/26278-coordenadoria-do-sistema-de-juizados-especiais-e-turmas-recursais-reforca-atuacao-do-nea-do-tjgo-3>